

JB
13/4/96 p. 20
UC IAPA 24

Michel Filho



No manguezal de Guapimirim, área de proteção ambiental, em São Gonçalo, famílias de catadores trabalham alheias aos riscos do lixo químico.

Lixo químico ameaça manguezal

A prefeitura de São Gonçalo está jogando lixo químico no manguezal de Guapimirim, área de proteção ambiental, importante para a reprodução de peixes e crustáceos que vivem na Baía de Guanabara. A denúncia, feita pelo deputado Carlos Minc (PT), foi confirmada ontem pela Delegacia Móvel do Meio Ambiente (DMMA), que, em blitz no manguezal, encontrou resíduos de cobre, chumbo e zinco — metais pesados capazes de causar paralisia, cegueira e edema pulmonar. O titular da DMMA, Luis Antunes, vai abrir inquérito sobre o despejo de lixo na área, onde viu um funcionário contratado pela prefeitura operar um trator, aplai-

nando o terreno.

Foram encontrados no local galões de produtos químicos com a marca de empresa Getec, além de latas utilizada pela fábrica de sardinhas Rubi. "Mesmo que as empresas não tenham jogado o material aqui, elas são responsáveis pelo transporte do lixo que produzem", disse o delegado.

O vazadouro municipal de lixo de São Gonçalo, em Itaóca, fica a 500 metros da lixeira clandestina, e está fora da área de proteção ambiental. Mesmo assim, contamina o manguezal através do chorume — um líquido proveniente da fermentação do lixo, que escorre até as margens da Baía de Guanabara.

Há um projeto para transformar a lixeira de Itaóca numa usina de reciclagem, mas os catadores são contrários à idéia.

"Sustento meus dois filhos com a venda de lixo. Se criarem a usina, vou ganhar um salário de fome", justificou Jõilson Martins Barbosa, que fatura até R\$ 800 por mês, recolhendo cobre. Ele não dá ouvidos ao alerta dos ecologistas de que a convivência com o lixo químico pode causar-lhe câncer, entre outras doenças. "Enquanto tenho dinheiro, também tenho saúde", avaliou Jõilson.

Segundo Carlos Minc, são despejadas irregularmente cerca de 80

mil toneladas de lixo químico em todo o estado. Na quinta-feira, o deputado, que preside Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se com presidentes e proprietários das 50 empresas que mais produzem lixo químico no estado. Minc cobrou deles o cumprimento de leis estaduais, que obrigam as empresas a reduzirem a quantidade de lixo produzido e a verificarem a eficácia dos seus mecanismos de controle da poluição. Segundo o deputado, os empresários condicionam o cumprimento das medidas ao adiamento de novos projetos da Assembleia para controlar a poluição ambiental.